

# Kaiapós querem é Santilli

ONTEM ELES EXIGIRAM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA FUNAI EM REDENÇÃO PARA LIBERAR REFÊNS

**Redenção** - Para que os índios kaiapós libertem os funcionários da Funai e o delegado federal que estão detidos desde domingo, 11, na aldeia Pukanu, eles exigem a presença do presidente da Funai, Márcio Santilli, e do juiz federal Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara de Brasília. Ontem, às 18h50 a assessoria de imprensa da Funai, em Brasília, informou que Santilli não vai se deslocar até a aldeia, que fica a uma hora e meia de vôo de Redenção. A proposta do presidente da Funai é que os kaiapós viajem à capital federal. As negociações para a libertação dos refêns recomeçam hoje de manhã.

A assessoria da Funai, tanto em Belém quanto em Brasília, informou que os refêns estão todos bem de saúde. Ontem à tarde, João Melo, administrador da Funai em Redenção, comunicou-se via rádio com a presidência do órgão, em Brasília, informando que ele e seus companheiros de cativeiro estão sendo "bem tratados". Também estão presos: Marcus Vinícios (funcionário da Funai em Araguaina), Iris João (delegado federal) e Itamar Diniz (funcionário da Funai em Brasília).

Ao exigir a presença do juiz federal Sebastião Fagundes, os kaiapós tentam obter permissão para novamente extrair madeira e instalar garimpos nas reservas indígenas. Sebastião é o juiz que em janeiro de 1994 proibiu, através de liminar, a exploração predatória nas reservas. Em setembro do mesmo ano, a Polícia Federal em conjunto com o Ibama apreendeu cerca de 15 mil metros cúbicos de



Os índios chamaram também o juiz que proibiu a extração predatória de madeira em suas terras

mogno em terras kaiapó. O destino do produto: leilão. O dinheiro obtido foi depositado em juízo para financiar projetos agrícolas, mas até agora nenhuma verba foi liberada.

Funcionários da Funai em Belém e o antigo administrador da Funai, em Redenção, Francisco Oliveira, acreditam que o sequestro dos funcionários da Fundação

e do delegado federal é coordenado por ex-funcionários que estão insatisfeitos com o corte de gastos que está fazendo a atual administração. Em dezembro de 1995, os débitos contraídos pelos índios - com autorização da Funai - no comércio de Redenção chegava a R\$ 6 milhões. O governo federal arcou com quase toda a dívida, mas ainda restam R\$ 1,5 milhão a pagar.

Empresários e madeireiros de Redenção são favoráveis à exploração de madeira e mogno nas terras kaiapó. "Se o juiz liberar uma coisa dessas vai ser o fim dos kaiapós. Há vinte anos, eles tinham medo de bêbado e raiva da bebida. Hoje eles bebem o tempo todo", constata Oliveira, que viveu durante quatro anos e nove meses entre o povo de Paulinho Payakan.

REDENÇÃO

## Kaiapós só libertam refêns na presença de Márcio Santilli

Os índios kaiapós exigem a presença, na aldeia Pukanu, do presidente da Funai, Márcio Santilli, e do juiz federal Sebastião Fagundes de Deus, o mesmo que proibiu a venda de madeira e exploração de garimpos nas áreas indígenas.